

História no Novo Milênio: do individual ao coletivo

Zilda Márcia Griicoli Iokoi

Doutora em História, Professora do Departamento de História da FFLCH-USP,
Presidente da Associação Nacional de História – ANPUH.

Encerrado o Século XX, os historiadores resolveram realizar um balanço das tendências da historiografia, de seus desafios e das possibilidades abertas no novo século e rediscutir as tendências do devir. É esta uma das pretensões do XXI Simpósio Nacional de História a realizar-se entre 22 e 27 de julho na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. A escolha do tema *História no Novo Milênio: do individual ao coletivo* demonstra que há no campo simbólico dos historiadores uma preocupação com os fenômenos de tempos pretéritos, especialmente o sentido das ancestralidades não superadas, das dimensões progressistas do milenarismo, das religiosidades antigas e os seus valores culturais, o resgate dos mitos fundadores da igualdade, da perfeição e da solidariedade. Estes campos de reflexão, presentes na historiografia do final do século passado, são notórios nas linhas de pesquisa relativas à história da cultura, no resgate das religiosidades, da produção artística, da cultura material e da simultaneidade dos diferentes tempos históricos.

Para a abertura dos debates procurou-se estabelecer um conjunto de questões que possibilitasse aos pesquisadores da área percorrerem o temário geral de tal modo

que a variedade de seu tratamento em recortes temporais, temáticos e teórico-metodológicos fosse feita com extrema amplitude. Com isto, objetiva-se como resultado estimular a explicitação de um conjunto de preocupações, um certo desenho do futuro, relacionando-o às questões abertas e irreduzíveis no passado, tencionando os debates e politizando a área num sentido amplo.

No bloco das conferências destacamos o tema a ser abordado por Ciro Flamarion Cardoso (*A História na Virada do Milênio: O fim das certezas, a crise dos paradigmas? Que história virá ao Século XXI*); um debate que propõe nova abordagem do devir, e que em si mesmo já é um balanço do século XX, do tempo do capital, da homogeneização das múltiplas temporalidades, submetidas à lógica linear do valor de uso e do valor de troca. Do mesmo modo, Vânia Fróes busca uma abordagem do milênio (*Ano mil, Ano dois mil: um diálogo com Georges Duby*). O resgate do milenarismo nos leva necessariamente ao estabelecimento das correspondências, no sentido baudelairiano, entre os dois mundos, ou seja, o regate das redes subterrâneas de analogias, de similitudes ou de equivalências entre os inúmeros elementos das configurações culturais.

Stuart Schwartz escolheu a tríade central daqueles que ao longo de todo o período se constituíram como populações no limite da ordem da exclusão. Sob o título *Escravos Rebeldes e Camponeses na Historiografia Brasileira*, o professor, especialmente motivado por um longo estudo sobre o processo de rebeldia que marcou as lutas pela liberdade no Brasil, pretende percorrer as ações individuais e coletivas que ainda hoje se põem no Movimento dos Sem Terras. Ainda neste bloco das conferências observamos os estudos sobre os problemas simbólicos, especialmente de Edgar Salvadori De Decca (*A crise da cordialidade e a individualização no processo social*), ou Ítalo Tronca (*História, Literatura e Linguagem*).

Além desses, há que se destacar um conjunto de conferências abordando aspectos dos processos de viagens tanto na época da expansão ultramarina como nas decorrentes dos interesses dos europeus sobre as terras e as gentes da América. Destacamos aqui Luís Adão da Fonseca, Serge Gruzinski e Miriam Halpern Pereira.

No bloco das Mesas Redondas, sessenta e quatro ao todo, procuramos distribuir as indicações dos núcleos regionais da Associação Nacional de História de modo a garantir que todos os trabalhos propostos ganhem visibilidade e deste modo que seja possível verificar as tendências da pesquisa histórica, da historiografia e também os debates teóricos e políticos que possibilitam o reconhecimento do olhar dos historiadores, que tem pouca presença na mídia nacional. Dentre os temas destacamos sexualidade, gênero, historiografia, movimentos sociais, ciência, representações políticas e estudos sobre o poder. Um grande bloco de trabalhos de pesquisa dedicados ao estudo das práticas de ensino de história coloca em movimento um setor significativo dos profissionais da área, rumo a novas possibilidades de trabalho nos níveis fundamental e médio. Há cada vez maior conjunto de mesas dedicadas a estudos sobre a África, indicando que o movimento de expansão da disciplina começa a dar os primeiros frutos nas pesquisas realizadas no Brasil. Também retornam neste momento de crítica ao processo da

globalização os estudos sobre o Imperialismo, sobre o mandonismo local, sobre eleições, meio ambiente e energia.

Ainda podemos destacar os estudos sobre as vanguardas culturais e as tensões entre o ato criador individual e a obra enquanto coletivo social, discutida na mesa composta por Rosângela Patriota, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Antonio Celso Ferreira; no campo da relação entre a literatura e a história, Sidney Chalhoub, Margarida Neves e Magali Gouveia Engel recuperam os temas da ciência e da ideologia nas obras de Machado de Assis e Lima Barreto. No que diz respeito às relações de trabalho Ricardo Antunes, José Sergio Leite e Marcelo Badaró Mattos debaterão sobre mundos do trabalho em perspectiva interdisciplinar.

Os historiadores apresentaram ainda grande oferta de cursos de atualização, de formação continuada e de novos materiais de ensino, de modo a permitir que tanto os professores como os alunos de graduação possam partilhar, discutir e criticar os novos meios que estão sendo disponibilizados para a valorização do ensino.

Ao todo são cento e cinquenta expositores oriundos de todo o país e uma dezena de convidados do exterior que participam do maior evento da área. Chamo ainda a atenção para duas atividades de discussão das agências de fomento: a mesa redonda que debate o papel da CAPES no desenvolvimento da Pós-Graduação em História, atividade que pretende fazer um balanço dos investimentos, dos critérios de avaliação e do fortalecimento dos programas de pós-graduação no país; e um debate sobre o CNPq, que têm apoiado o pesquisador individual e os grupos de excelência através do PRONEX. Deste modo poderemos avaliar os investimentos tanto na pesquisa como na docência e contribuir para a formulação de novas demandas junto ao MEC.

É preciso ainda destacar os debates que ocorreram durante o Simpósio sobre as Diretrizes Curriculares, o provão na área de história e a regulamentação da profissão do historiador. Com este leque de atividades, não restam dúvidas da oportunidade de atualização que os professores poderão obter em Niterói.

Aos que acompanham o evento tradicional da ANPUH, grata surpresa, já que as revistas especializadas da área cresceram muito em qualidade e quantidade, sendo possível no Encontro de Editores que ocorrerá durante o Simpósio perceber como as exigências para disputar a publicação de artigos e resenhas nas revistas indexadas estão cada vez mais refinadas. Haverá ainda um conjunto de atividades culturais, relacionadas ao uso das artes plásticas, do teatro, da literatura, da fotografia e do CD-ROM no ensino de história, com debates públicos e trocas de experiências. Também convidamos a todos a visitarem as exposições fotográficas acomodadas nos espaços do campus da Universidade Federal Fluminense, que abrigará o simpósio.

Finalmente, os temas decorrentes das relações entre a história e o meio ambiente, as histórias das diferentes ciências e das técnicas e da energia compõem as atividades do Grupo de Trabalho de História da Ciência. É importante destacar que ao longo do último biênio a experiência dos Gts consolidou-se como uma prática de pesquisa, debates e produção de textos aprofundando as relações entre os pesquisadores que, articulados pelos núcleos regionais deram novas dinâmicas às atividades acadêmicas de nossa área de conhecimento.

Também pudemos realizar larga discussão sobre o ensino de história, de modo a programar um novo campo de interesses, tanto em pesquisas como em participar dos debates com nossos colegas pesquisadores abrigados nas Faculdades de Educação e evidentemente responsabilizados pelas práticas de ensino. As discussões em torno do documento Diretrizes Curriculares do Ensino Superior na área de história permitiram, num primeiro momento, a explicitação clara do conflito existente entre os dois grupos (pesquisadores da história e do ensino de história), abrindo um campo de diálogo até então pouco partilhado de modo a esclarecer as aproximações e as divergências entre as partes envolvidas e um segundo momento, o entendimento por parte dos historiadores especializados em pesquisas sobre o ensino de história da pouca ênfase no documento da importân-

cia e do papel dessa especialização no encaminhamento de soluções para os graves problemas do ensino. De outro lado, os pesquisadores ligados aos departamentos de história escolheram enfatizar no projeto das diretrizes a pesquisa, uma vez que esta dimensão praticamente não existe na esmagadora maioria dos cursos de história. Assim, fruto das múltiplas discussões, foi possível esclarecer a escolha feita pela ANPUH e pela Comissão de Especialistas em propor um conjunto de disciplinas históricas e historiográficas, com recortes temporais, teóricos e temáticos distintos e outro conjunto, obrigatório na elaboração do currículo de cada instituição centrado na prática de pesquisa de seus docentes. Sem essa exigência, os cursos estarão inexoravelmente vulgarizando um saber já estabelecido e a apreensão do modo como se produz o conhecimento histórico não pode ser obtida pelos estudantes de história. Foi este o sentido de definirmos a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, e no caso, a insistência em relação às parcerias com as pedagogias, desfocariam a ênfase do problema central, ou seja, a obrigatoriedade de a instituição de ensino oferecer condições de pesquisa aos seus docentes e alunos.

Decorrente desse processo consideramos que o debate tem sido muito intenso e fértil na aproximação entre os pesquisadores que devem estar muito unidos em defesa tanto da área como do ensino, do patrimônio cultural e da memória em nosso país. Também passamos a estimular um movimento de cooperação entre a Instituição de Ensino Superior e os governos para apoiar a preservação documental e do patrimônio, as parcerias com as organizações da sociedade civil e a formação de Centros de Memória, além de iniciarmos os debates sobre as necessidades de preparar os estudantes de história para o uso de novas tecnologias na pesquisa, na armazenagem de informações e na elaboração de materiais de ensino.

Assim, esperamos que o XXI Simpósio possa consolidar as iniciativas desenvolvidas nesta gestão e criar um amplo movimento em defesa do Projeto de Regulação da Profissão que tramita no Congresso Nacional.